

LEITURAS E ESCRITAS EM MOVIMENTO, EM MOÇAMBIQUE

Teresa Manjate
manjate@gmail.com

Resumo: O presente artigo, “Leituras e Escritas em Movimento”, faz uma reflexão em torno da atividade da leitura e da *deselitização* do livro, no contexto moçambicano. A abordagem é feita, tendo em conta a premissa muito comum no nosso seio de que os níveis de contacto com o livro, o hábito e o gosto de leitura são muito baixos. A reflexão baseou-se em entrevistas realizadas junto de ativistas moçambicanos que atuam em movimentos que desenvolvem atividades de leitura literária, em escolas e fora delas, nos bairros e em espaços públicos, envolvendo crianças, jovens e adultos. Além das entrevistas, a reflexão baseou-se também na consulta bibliográfica e documental. O argumento central é que os níveis de leitura são baixos e que ainda não está enraizado o hábito de leitura entre os jovens e, de igual modo, entre os adultos, devido a fatores históricos e sociais que funcionam como obstáculo para o seu desenvolvimento. Os mesmos fatores funcionam, ao mesmo tempo, como catalisadores da elitização do livro.

Palavras-Chave: Livro. Leitura. Literatura. Moçambique.

Abstract: This article, Readings and Writings in Movement, reflects on the activity of reading and book *deelitization*, in the Mozambican context. The approach is taken, considering the very common premise in our heart that the levels of contact with the book and the reading habit is very low. The reflection was based on interviews with Mozambican activists who work in movements that develop literary reading activities, in schools and outside them, in neighborhoods and in public spaces, involving children, youth and adults. In addition to the interviews, reflection was also based on bibliographic and documentary consultation. The central argument is that reading levels are low and that reading habits among young people and adults alike are not yet rooted, due to historical and social factors that act as an obstacle to the development of taste and habit. of reading. The same factors work, at the same time, as a catalyst for the book elitization.

Keywords: Book. Reading. Literature. Mozambique.

Introdução

Leituras e escritas são práticas, mas também processos e conceitos complexos, com implicações profundas, que importa discutir, ainda que brevemente, para que se possa explorar a questão numa perspectiva multidimensional.

Como prática, a leitura tem a ver com *literacia*, do inglês, “literacy”, que, etimologicamente, vem do latim *littera* significando letra, adicionando o sufixo – *cy*, que seria o sufixo – *cia*, em português, que indica condição de..., possibilidade, capacidade de. Assim, literacia é a capacidade de usar a leitura e a escrita como forma de adquirir conhecimentos, desenvolver potencialidades próprias e participar, ativamente, na sociedade, de forma independente. Isto é, consiste no estado ou condição – cognitiva e linguística – que o indivíduo ou o grupo social adquire através da escrita, com impacto em mudanças de âmbito social, cultural, político e económico. “O adjetivo *literate* é o que caracteriza o indivíduo que faz uso social da leitura e da escrita, ou seja, ele é letrado” (SOARES, 2009, p. 18). Neste sentido, é importante observar que as práticas de leitura e literacia na sociedade contemporânea mudaram as suas características sociais (ONG, 1988), pois os usos da língua escrita mudaram a conceção do que seria ser educado, culto e do que é necessário para saber e poder usar a escrita ao longo da vida. Deste modo, a leitura e a literacia perpassam pelas mudanças sociais e pela maneira como as pessoas se estratificam e comunicam, em qualquer forma de relação social. Deve-se observar, entretanto, que a literacia e as práticas de leitura em espaços de escolarização são, na sua maioria, direcionadas pelo/a professor/a e variam segundo a situação em que se realizam as atividades de uso da língua escrita e de leitura.

Como processo, a leitura implica uma gradação em termos de apropriação quer dos códigos, quer das implicações da apropriação desses códigos, a nível individual e coletivo. Passa primeiro por juntar as letras e compreender o significado das palavras, depois pela apropriação de textos, mais simples e, por último, de textos mais complexos, incluindo os literários. Mesmo os textos de literatura infantil requerem uma transição de ouvinte para leitor (independente).

A leitura como conceito abrange vários níveis que vão desde à prática primária, a capacidade de juntar letras e de soletrar palavras, decodificar mensagens e interpretar textos, relacionando aspetos espaciais, temporais, isto é, sociohistóricos. Tange a componente processual, que é complexa e ativa em sujeitos, que inclui a descodificação, que não equivale simplesmente a extrair informações da escrita, descodificando-a letra por

letra, palavra por palavra. Trata-se de uma atividade que implica, necessariamente, compreensão, em que os sentidos começam a ser construídos através do contacto com a palavra escrita. É igualmente um processo de compreensão, de intelecção do mundo que envolve uma característica do homem, como ser social: a sua capacidade de representar simbolicamente e de interação com o outro pela mediação da palavra, neste caso, escrita. Quando falamos de leitura de textos literários, em particular, pode parecer que nós estamos a referir a algo subjetivo, no entanto, uma das características da leitura é que ela permite ao indivíduo ter acesso a informação ao conhecimento produzido no mundo e a outros imaginários. Permite ter contacto, ainda que virtualmente com outros lugares, outros homens e mulheres e, sobretudo, com outras formas de pensar.

Martins (1986), ao tentar compreender a questão da leitura, diz que ela é uma experiência individual e que pode ser caracterizada como a descodificação de signos linguísticos, através dos quais o leitor decifra sinais e também como um processo de compreensão mais abrangente, em que o leitor dá sentido a esses sinais: é a apropriação de outros mundos, inscrevendo identidades (no plural). Numa perspectiva semiótica, a leitura realiza-se a partir de um diálogo entre o leitor e o objeto lido; este objeto pode ser de caráter escrito, sonoro, gestual, uma imagem ou até mesmo um acontecimento. De facto, a leitura é um ato que liga dois universos – o do autor o do leitor –, sujeitos que interagem através da palavra (escrita), obedecendo a objetivos e necessidades socialmente determinados, pois o texto é o resultado de um trabalho anterior, do autor, e chega ao leitor convidando-o, apelando para a importância da sua leitura e da sua mensagem. Entabula-se uma conversa entre representantes de universos distantes ou similares ou díspares, mas em contacto *in absentia*. Ler não é, pois, somente descodificar, traduzir, repetir sentidos dados como acabados. É construir uma sequência de sentidos a partir dos índices de sentido que o texto sugere. Constrói-se, deste modo, uma cadeia de sentidos que se desdobra à medida dos leitores. Cada um marcado a seu modo e que constitui um universo de espera, a expectativa. Pode-se, deste modo, dizer que a leitura é um ato democrático e de empoderamento individual e conectivo. Entendendo-se que o um coletivo forte se faz de indivíduos fortes e informados.

A importância da leitura pode ser reconhecida, pelo menos, a três níveis: Primeiro, enquanto gesto fundamental que ativa e desenvolve a inteligência humana, através de processos relativos ao próprio ato de ler que implica processos mentais de associações, recordações, identificação etc.; Segundo, por ser um dos principais veículos para obtenção, alargamento, aprofundamento e sistematização do conhecimento em praticamente todos os domínios existentes. O livro, seja ele impresso seja digital, é, por excelência, uma das maiores reservas intelectuais da humanidade; Terceiro, por ser um elemento importante de formação identitária e de cidadania, pois inscreve a autonomia do sujeito nas escolhas individuais. Com a leitura, as crianças e não só têm acesso a novas e importantes referências sobre o mundo circundante e mais distante, permitindo a comparação e escolhas mais conscientes. Impõe-se como uma base importante para aceder e desenvolver novas aprendizagens, ideias e acções.

Se for verdade que a leitura concorre decisivamente para alargar o horizonte das pessoas, a escola contribui decididamente por ser o primeiro espaço convencional de produção de promoção da leitura e da escrita de forma consistente e sistemática.

A leitura é, portanto, um meio fundamental para dotar qualquer pessoa de competências essenciais para exercerem o direito de cidadania com maior sentido de responsabilidade, liberdade, conhecimento e ascensão a diferentes patamares. No entanto, há evidências de crise, atingindo a “causa” da leitura literária. Carlos Reis (2015, p. 36-37) aponta causas, dentre elas a desqualificação das Humanidades, em boa parte induzida pela cultura imagocêntrica em que estamos imersos, com repercussões inevitáveis no que toca a uma nova fenomenologia da leitura. A hegemonia da televisão e, ultimamente, das comunicações em rede. E ainda uma terceira evidência da crise: as comunicações em contexto eletrónico e em linguagem digital provocam efeitos cognitivos importantes; esses efeitos atingem e modificam, às vezes, drasticamente, a construção do conhecimento e a sua valoração, a configuração e a conservação da informação disponível e o acesso à palavra e à imagem. E também a leitura, evidentemente, em relação direta com a memória.

A questão linguística

Para tratar de escritas, leituras, particularmente, da literatura, é fundamental apresentar um panorama geral de Moçambique, na sua condição multilingue e multicultural.

O país adotou, em 1975, depois da independência, a língua portuguesa como a língua oficial por diversas razões. O argumento mais forte e que granjeou simpatias de diferentes esferas foi que a escolha da língua portuguesa como a única língua oficial estaria ligada à política de “assimilação” implementada pelo governo Português e à marginalização das línguas locais (CHIMBUTANE, 2011; NGUNGA e BAVO, 2011). É por isso que, como herança desse período, depois da independência nacional, contrariamente, ao que se podia prever, as línguas locais continuam a ser património cultural e educacional e que devem ser usadas como veículos da nossa identidade. Um património identitário que não se lhe confere o estatuto de língua oficial. O outro motivo veiculado é que o país precisava, com urgência, encontrar uma língua que servisse de elo entre os moçambicanos, tendo em conta a sua diversidade étnica e linguística, pois, estima-se que existam cerca de vinte Línguas Bantu (Sitoe & Ngunga, 2000), a que se deve acrescentar as de origem asiática – Urdu, Gujurati, Indi e Memane (LOPES, 2004) e o árabe que é estudado, basicamente, em contextos religiosos islâmicos, principalmente, no ensino do Alcorão. O inglês tem estado a ganhar cada vez mais falantes devido a uma maior abertura em relação aos países vizinhos, a migração espontânea e profissional – com a presença de empresas multinacionais, entre outros fatores. Segundo Lourenço do Rosário (2015, p. 27),

Sendo Moçambique subscritor de vários pactos internacionais com outros espaços linguísticos como a Commonwealth, a SADC (Southern African Development Community), a Comunidade Francófona e a Liga Árabe, apesar de a língua portuguesa estar consagrada na Constituição como língua oficial do país, muitas entidades oficiais recebem tranquilamente correspondência [formal] em outras línguas, para não falar de documentação empresarial e de negócios.

No entanto, segundo Chimbutane, em entrevista à LUSA, “[...] em 40 anos de Independência o país fez mais pela expansão da língua portuguesa do que o Estado português em todo período de colonização, assinalando uma “apropriação” pelos moçambicanos”¹. Há, contudo, alguns estudiosos, como Firmino (1995), que reivindicam a nacionalização do Português e a oficialização de algumas línguas Bantu. A proposta de nacionalização da língua portuguesa seria no sentido de torná-la uma língua nacional, gozando do mesmo estatuto das línguas Bantu moçambicanas, na base em que existem cidadãos moçambicanos que falam esta língua como materna e como língua segunda. Contudo, enquanto não se clarificar o lugar e o estatuto das línguas Bantu moçambicanas, uma medida desse tipo revela-se, impraticável, defendem os linguistas bantuístas (PATEL, 2006).

Dentro deste quadro complexo, como estratégia de defesa de direitos linguísticos, atualmente, o Sistema Nacional de Ensino contempla o ensino bilingue em que se combina uma língua nacional bantu, de acordo com a região e o português, como línguas de ensino e aprendizagem (NHAMPOCA, 2015). É a partir desta realidade que se tem de pensar nas dinâmicas da leitura, particularmente da literatura.

Como pressuposto metodológico, para além de uma pesquisa bibliográfica e documental, foram realizadas entrevistas às ativistas de clubes de leitura, ex-estudantes da universidade Eduardo Mondlane.

A leitura na Escola

Em Moçambique, a leitura e da literatura são, normalmente, ensinadas na disciplina de Língua Portuguesa, cabendo ao professor da disciplina a melhor metodologia para a seleção dos conteúdos e as estratégias de abordagem. Deste modo, o professor tem que enfrentar a difícil missão de ensinar, primeiro, a língua, que, para muitos alunos, é língua segunda, e, por último, percorrer o caminho da motivação para a leitura, compreensão e interpretação dos textos. Muitas vezes, os docentes preferem privilegiar o ensino da gramática tradicional, cujos conteúdos já vêm previamente

¹ Informação disponível em <http://www.jornalnoticias.co.mz/index.php/recreio-e-divulgacao/37812-academico-feliciano-chimbutanemocambique-fez-mais-pela-lingua-portuguesa>.

expostos no livro do aluno e do professor, tornando as aulas mais voltadas para o conhecimento e memorização de regras gramaticais. Esta prática deixa um vazio na componente de formação reflexiva do aluno, que pode ser adquirida num contexto de aula integrada com a leitura de textos literários e não só. Os resultados desse problema são atualmente notórios nos graduados de diferentes níveis de ensino: falta do gosto pela leitura, dificuldades na escrita e na construção de discursos coerentes, quer ao nível oral quer escrito.

O gosto pela leitura deve ser desenvolvido a todos os níveis. Em entrevista à Revista Galega de Artes e Letras, Francisco Noa, académico moçambicano, afirma

As [minhas] primeiras leituras foram leituras sobretudo de prazer. Diria mesmo sensoriais. Confesso que é algo que também procuro que se mantenha. Eram livros de aventuras, que apelavam à imaginação, à fruição e preencheram a minha infância e juventude. A leitura só faz sentido para mim se me dá, antes de tudo, prazer, fruição. O sentido crítico nasceu na sala de aulas, sobretudo no ensino secundário, com a interpretação dos textos, alguns deles obrigatórios, outros nem por isso. Eram textos, ao mesmo tempo sedutores e profundos, de autores como Luís Bernardo Honwana, Luandino Vieira, José Craveirinha, Pepetela, Mutimati Barnabé João, que faziam com que nos descobríssemos a nós próprios.

Esta passagem da entrevista permite perceber que é da responsabilidade da escola e do professor sob a umbrela do Ministério da Educação e do Desenvolvimento Humano (MINED) pensar no desenvolvimento da capacidade da leitura, particularmente, de textos literários por parte dos alunos. Nesta perspetiva, em 2011, o MINEDH lançou um programa designado *Programa Ler / Compreender*, para inverter um cenário que fundamentalmente indicava, entre os estudantes, um índice de leitura muito baixo. Através de uma componente do Programa “Formação de Formadores de Agentes de Incentivo à Leitura e Gestores de Bibliotecas Escolares”, foi elaborado um projeto com os seguintes objetivos (i): Promover o gosto pela leitura; (ii) Desenvolver competências de leitura; (iii) Aumentar os níveis de literacia; (iv) Alargar o horizonte de referências das crianças.

O projeto previa como procedimento metodológico em que os professores deveriam estar capacitados em matéria de procedimentos adequados a serem seguidos para ajudar os alunos a ganhar o gosto e competências de leitura, garantindo: (i) que alunos tenham um contacto efetivo e regular com o livro, lendo-o, manuseando-o; (ii) que haja mais actividades lúdicas como meios auxiliares de aprendizagem. Para tal, o documento recomenda a centralidade dos alunos como sujeitos de aprendizagem, integrando a leitura como prática, constante e sistemática. Este exercício que antes, aparentemente, era da responsabilidade do professor de Língua Portuguesa, é transferido para uma arena mais abrangente: a escola como um todo. Deste Programa resultou um apetrechamento de bibliotecas de muitas escolas, incluindo as rurais. Ainda no contexto deste Programa, há programas de televisão que incluem concursos de leitura, seguidos de perguntas/respostas e de cultura geral. São programas com grande impacto entre estudantes do Ensino primário, mas, sobretudo, do secundário.

Numa mesma linha de pensamento, a Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane (UEM), em 2013, criou o “Espaço 1502: Ideias em Movimento”, designação de um programa de actividades que ocorriam² sempre no Anfiteatro 1502 da mesma faculdade. Trata-se de actividades que visam, de forma regular, imprimir uma dinâmica a construção de um grupo de reflexão, debate e circulação de ideias. Um dos lemas adotados foi “Ler e ler” para as actividades ligadas ao livro e à leitura (vocacionadas para estimular o gosto e o conhecimento da Literatura Moçambicana ou de outros países); “Ver e debater” para o cinema; “Ouvir e Reflectir” para as palestras.

Este projecto contempla também a feira do livro de Letras e Ciências Sociais, combinando exposição/venda de livros em *stock* na Imprensa Universitária, no CEA, no Arquivo Histórico etc., da autoria de docentes da UEM, das áreas de Letras e Ciências Sociais, com sessões de autógrafos com os autores. Esta atividade constitui também uma ocasião para trazer de volta, por algumas horas, os autores/professores, já reformados ou que, por outros

² Desde Fevereiro de 2020 que as actividades estão suspensas devido à Pandemia do COVID 19.

motivos, se tenham afastado da Faculdade de Letras e Ciências Sociais, mas cujo contributo deve ser valorizado.

No projecto há uma componente designada “Literatura Moçambicana: exercícios hermenêuticos” que consiste na seleção e compilação dos melhores trabalhos de fim de curso de Licenciatura em Linguística e Literatura da Faculdade de Letras e Ciências Sociais dedicados a analisar textos literários moçambicanos. A seleção culmina com a publicação de coletâneas sobre autores ou obras, reunindo análises de diversos estudantes, permitindo contribuir para uma melhor compreensão da nossa literatura e uma maior divulgação do esforço de crítica literária, já realizado pela Universidade. O projeto conta com uma obra no prelo. Ainda, como parte do “Espaço 1502: Ideias em Movimento”, celebrou-se o 50º aniversário de *Nós Matámos o Cão Tinroso*, de Luís Bernardo Honwana”. Neste contexto, lançou-se a obra, em edição especial, e uma coletânea de textos feitos na Faculdade de Letras e Ciências Sociais, por estudantes, para um entendimento mais profundo e celebração da obra de Luís Bernardo Honwana.

As escolas e as universidades, conscientes da distância que existe entre os estudantes e as obras literárias têm envidado esforços para reverter a situação. Realizam-se, com alguma regularidade, feiras do livro na universidade, em escolas secundárias, por vezes com a presença de escritores como forma de tornar “real”, uma figura próxima os autores dos textos que leem.

A Leitura em espaços públicos

É verdade que a escola e as instituições que a tutelam têm responsabilidades em relação ao estágio da leitura em Moçambique. No entanto não se pode desresponsabilizar outras instâncias como as editoras e livrarias, as bibliotecas, entre outras.

O livro, este objecto-chave de que falamos, tem de ser tomado como concreto, vivo e acessível a todos. No nosso caso, em todas as línguas faladas em Moçambique. Como resultado da consciência de que, no nosso país, o livro é um objeto de luxo, de circulação restrita, por várias razões, incluindo a económica, em várias províncias, particularmente, Maputo, Beira e Nampula,

surgiram organizações inovadoras com o objectivo de criar um movimento de leitura e de deselitização, sobretudo de textos literários.

A *Organização Livro Aberto* é uma biblioteca e de promoção de literacia para crianças, fundada em 2007. Propõe-se preencher as lacunas de literacia e no acesso aos recursos impressos, particularmente, livros, para as crianças e jovens, em Moçambique. Realiza programas semanais de literacia em várias comunidades na província de Maputo. Esta organização abrange, semanalmente, centenas de crianças, através duma biblioteca pública móvel, gratuita, comunitária e de *workshops* de literacia. Trabalhando, em contextos comunitários e escolares, a *Livro Aberto* assegura que as crianças tenham acesso a uma alfabetização de melhor qualidade e a materiais de leitura apropriados para a idade do grupo-alvo, tanto na escola auanto na comunidade destas, nas suas horas de lazer.

Outra organização é a *Kuphaluxa* que significa *disseminar*, daí o lema: “dizer, fazer e sentir a literatura”. A Associação Movimento Literário Kuphaluxa é uma agremiação artística literária, sem fins lucrativos, criada em 2009, que tem como missão divulgar e estimular o gosto pela literatura. Como prática, visando promover o livro ou torná-lo mais acessível e incentivar hábitos de leitura nos bairros, este movimento implementa as suas atividades nos bairros da cidade de Maputo, com a parceira da Autoridade Tributária e de algumas editoras como a Alcance Editores.

A iniciativa pretende ir ao encontro do leitor, contrariando a realidade em que geralmente os eventos literários ocorrem no centro urbano. Nós levamos o livro ao bairro exatamente porque compreendemos a realidade nacional, em que o livro não constitui um instrumento de convivência entre as famílias. Não é prioridade para muitas famílias moçambicanas, comprar um livro em detrimento doutros bens. E porque percebemos que o livro é um veículo através do qual se transmite conhecimento; nós levamos o livro ao encontro desses leitores que ainda não se descobriram (Isidro Dimande³, entrevistado, 2020).

³ Isidro Dimande é coordenador do programa UM LIVRO NO BAIRRO, da Associação Movimento Literário Kuphaluxa. Foi estudante da Universidade Eduardo Mondlane, Faculdade de Letras.

Colocar o livro no seio das comunidades e das famílias constitui uma mudança da abordagem na mobilização para a leitura, particularmente, para crianças e jovens, e para a formação de novos leitores num exercício que contribui para a literacia.

Numa crítica velada a um elitismo que subjaz no universo literário, em Moçambique, Isidro Dimande diz ainda:

Em lançamentos de livros geralmente temos o mesmo público amante de leitura, caso varie, trata-se de amigos ou familiares do autor que lança a obra. Queremos mudar esse cenário, o escritor não deve ser lido por compaixão e solidariedade. Deve ser lido por um público que tem interesse, que encontra no exercício de leitura, o lazer, a diversão e o conhecimento. Tem que se formar novos leitores, e esse processo não se faz acomodados nas grandes salas, nos centros culturais, nas bibliotecas, perante uma situação em que os cidadãos se quer compreendem o que se passa nesses lugares. Fomos ao encontro desses leitores anónimos, que por hábito, não vão à livraria, nem às bibliotecas. Seduzi-los a compreender o que o livro pode oferecer.

Nataniel Ngomane, professor universitário e atual Presidente do Fundo Bibliográfico de Língua Portuguesa, e alguns amigos criaram o Clube do Livro, que conta atualmente com mais de 700 membros em todo o país⁴. O clube é um círculo social que serve de espaço para leitura simultânea e posterior partilha de experiências de leitura, como forma de desenvolver o gosto pela leitura no país e contribuir para o desenvolvimento intelectual dos jovens moçambicanos, enriquecendo assim a cultura. Inspirados nas palavras e filosofia de Joseph Addison, poeta e ensaísta inglês, para quem “a leitura é para o intelecto o que o exercício é para o corpo”, os fundadores do clube do Livro reúnem jovens da província e cidade de Maputo fisicamente e de outras províncias, virtualmente, uma vez por semana, por duas horas, em espaços públicos para uma leitura coletiva.

“As pessoas que não leem não são críticas, nós, enquanto moçambicanos, não somos críticos, limitamo-nos àquilo que nos é

⁴ <https://www.youtube.com/watch?v=VR1cFZakIQY>.

apresentado. Com a leitura, é possível mudar este cenário. Temos de ler para saber criticar a sociedade. A formação de críticos é um dos grandes contributos do Clube do Livro. A leitura é algo que enriquece as nossas faculdades mentais. Idealizamos fazer isso em simultâneo por todo o país, pois quanto mais pessoas lerem, teremos mais pessoas cultas em Moçambique” (Delfina, membro do clube).

Em jeito de conclusão

Num contexto multilingue e multicultural, com dinâmicas culturais complexas que vão desde à multiplicidade de línguas aos processos de ensino e aprendizagem, as escritas e as leituras não podem ficar isentas da complexidade desses processos. A todos os elementos arrolados, podem-se acrescentar fatores económicos, isto é, muitas famílias terão dificuldades em alocar o pouco dinheiro que o agregado tem em livros. Este conjunto de fatores leva a uma elitização do livro. Por outras palavras, o livro tornou-se num objeto de luxo, de uso (quase) exclusivo de algumas pessoas – as mais ricas, as mais cultas, as mais escolarizadas.

Ao lado da força da cultura centrada na imagem em que estamos imersos, da hegemonia da televisão e, ultimamente, da socialização do digital, da comunicação eletrónica e em rede, existe outro fator a ter em conta que é a fragilidade da cadeia de valor do livro. Esta cadeia de valor inclui as editoras, as distribuidoras, todo o sistema da vida do livro enquanto produto comercial também deve ser convocado, quando se tem a leitura como objeto de reflexão. Por outras palavras estes grupos clamam por uma política do livro e da leitura que permitiria (i) uma democratização do acesso ao livro; um fomento à leitura e à formação de mediadores desta atividade; (iii) uma maior valorização institucional da leitura e incremento do seu valor simbólico e (iv) um desenvolvimento da economia do livro.

O surgimento de grupos de animação da leitura a vários níveis revela a consciência que se tem do fenómeno um compromisso, ainda que segmentado para superar a “crise” da leitura, particularmente, do texto literário.

Referências

CHIMBUTANE, F. *Rethinking bilingual education in postcolonial contexts*. Clevedon, Avon: Multilingual Matters, 2011.

NGUNGA, A; BAVO, Nádia. *Práticas Linguísticas em Moçambique: avaliação da vitalidade linguística de seis distritos*. Maputo: Centro de Estudos Africanos, 2011.

MARTINS, Maria Helena. *O que é leitura*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MUCAVELE, Amosse. *Entrevista de Amosse Mucavele ao ensaísta moçambicano Francisco Noa*, Maio, 2016.
<https://palavracomum.com/entrevista-de-amosse-mucavele-ao-ensaista-mocambicano-francisco-noa/>

NHAMPOCA, EZRA. *Ensino Bilingue em Moçambique: Introdução e Percursos*.
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/workingpapers/article/view/1984-8420.2015v16n2p82/33217>

ONG, Walter. *Oralidade e Cultura Escrita: a Tecnologização da Palavra*. São Paulo: Papyrus, 1998.

PATEL, Samima Amade. *Olhares sobre a educação bilíngue e seus professores em uma região de Moçambique*. Dissertação de Doutorado, Campinas, SP: [s.n.], 2006.

REIS, Carlos. Ler para crer: leitura literária e ensino da língua. In *LETRAS & LETRAS*, v. 31, n. 3 (jul./dez. 2015), p. 28-42)
<http://www.seer.ufu.br/index.php/letraseletras>.

ROSÁRIO, Lourenço do. A Língua Portuguesa como Factor de Desenvolvimento Nacional e Afirmação Internacional – Que Desafios? In *Multilinguismo e Multiculturalismo em Moçambique: em Direcção a Uma Coerência entre Discurso e Prática*. Maputo: Alcance Editores [p 23-34].

SOARES, Magda. *Letramento: um tema em três gêneros*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998/2009.

Recebido em 20 de novembro de 2020

Aceito em 15 de dezembro de 2020